MERCUR S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
MERCUR S.A.
Santa Cruz do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **MERCUR S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MERCUR S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre (RS), 05 de fevereiro de 2021.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

Martinelli AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Mercur S.A.

Demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhoras e senhores: a Mercur S/A, cumprindo as disposições legais e estatutárias, submete à V. Sas. as Demonstrações Financeiras, bem como as notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Compartilha a forma como a empresa lidou com a pandemia do coronavírus, os principais lançamentos de produtos, as ações organizacionais e a orientação institucional que direciona as atividades da Mercur para os próximos 05 anos.

Este ano foi marcado pela pandemia do coronavírus (COVID-19) e seus impactos. A primeira ação da empresa frente a essa situação foi a criação de um comitê com o objetivo de traçar um plano de trabalho para priorizar a saúde e a segurança dos públicos com os quais se relaciona. A Mercur paralisou suas atividades por 40 dias – do dia 23 de março até o dia 03 de maio de 2020. Uma das ações presentes no plano foi a adoção da MP 936/2020, Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - que possibilitou a redução da carga horária dos colaboradores, a redução da despesa com a folha de pagamento e a manutenção de todos os empregos. Essas e outras ações da empresa frente à pandemia podem ser encontradas no Plano de Contingência Mercur disponível no site: bit.ly/planoMercur.

O principal lançamento de produto deste ano foi a nova Muleta Canadense Fixa. Na busca por reduzir seus impactos ambientais e investir mais energia e recursos nas comunidades nas quais atua, a Mercur investiu no domínio de tecnologia para o beneficiamento do metal e no processo de injeção de plástico, adquirindo novos equipamentos e aprendendo novos processos. Esse foi o primeiro item da linha Apoio da marca produzido totalmente no Brasil e que utilizou 24% menos alumínio que a versão anterior.

Um marco importante na caminhada da educação da Mercur foi a criação do Guia Jeito Mercur de se Relacionar com o Público Infantil. Ao desejar preservar a infância e contribuir com a formação de consumidores mais conscientes no futuro, esse material tem como objetivo resguardar as pessoas menores de 12 anos do assédio comercial e não incentivar a banalização do hábito de consumir. Por meio deste guia, a empresa reiterou sua posição de não desenvolver ações voltadas à publicidade infantil ou utilização de mão de obra infantil. É possível acessar o guia em: bit.ly/guiaMercur.

Outro fato que merece destaque em 2020 foi a criação da orientação institucional, um documento que traça o redimensionamento da Mercur - como a empresa se reorganizou no retorno ao trabalho durante a pandemia. Este material possui 80 ações que devem acontecer no prazo de 05 anos e enfatiza as intenções da empresa em seguir no seu propósito - participar da construção de um mundo de um jeito bom pra todo o mundo - e na visão 2050 - construir relacionamentos que valorizam a vida.

Agradecimento
Os Diretores e Facilitadores, ao término de mais um exercício social, desejam registrar aqui seus agradecimentos a todos os colaboradores, fornecedores, clientes, parceiros e aos órgãos governamentais, bem como toda a comunidade envolvida com suas atividades. Um agradecimento especial aos acionistas pela confiança depositada, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Mercur S.A.

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Ativo	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	2020	2019 Reclassificado
Circulante	**100.638.207**	**94.651.877**	**Circulante**	**16.647.609**	**18.871.690**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	43.818.039	34.814.932	Fornecedores (Nota 12)	5.663.168	4.806.532
Contas a receber (Nota 4)	31.549.325	37.528.478	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	1.370.174	449.432
Estoques (Nota 5)	22.333.788	18.755.367	Partes relacionadas (Nota 14)	1.101.110	3.484.952
Impostos a recuperar (Nota 6)	808.403	2.169.534	Obrigações sociais (Nota 15)	5.473.454	5.228.687
Despesas antecipadas	98.415	166.593	Obrigações tributárias (Nota 16)	889.312	2.595.113
Outros ativos	2.030.237	1.216.973	Obrigações com representantes	1.865.104	2.093.244
			Outros passivos	285.287	213.730
Não Circulante	**31.416.582**	**31.174.285**	**Não Circulante**	**12.816.967**	**6.823.647**
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	6.325.046	512.400
Impostos a recuperar (Nota 6)	15.735	41.789	Provisão para contingências (Nota 7)	6.431.617	6.309.125
Créditos contingentes (Nota 7)	1.191.077	-	Tributos diferidos (nota 8)	60.304	-
Depósitos judiciais (Nota 7)	2.081.788	1.120.134	Receita diferida	-	2.122
Tributos diferidos (Nota 8)	2.821.113	2.864.845			
Outros ativos	725.556	1.537.778	**Patrimônio Líquido (Nota 17)**	**102.590.213**	**100.130.825**
Investimentos (Nota 9)	2.001.253	1.976.016	Capital social	88.745.263	88.745.263
Imobilizado (Nota 10)	21.809.973	22.600.942	Reservas de lucros	13.727.889	11.385.562
Intangível (Nota 11)	770.087	1.032.781	Ajustes de avaliação patrimonial	117.061	-
TOTAL ATIVO	**132.054.789**	**125.826.162**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**132.054.789**	**125.826.162**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2020	2019 Reclassificado
Receita (Nota 18)	85.600.531	97.205.592
Custo dos produtos e mercadorias vendidas (Nota 19)	(47.776.520)	(50.843.128)
Lucro bruto	**37.824.011**	**46.362.464**
Despesas operacionais		
Despesas com vendas (Nota 19)	(19.093.635)	(24.336.360)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(18.259.536)	(21.706.907)
Despesas tributárias	(766.184)	(798.787)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 20)	1.265.650	6.592.635
Lucro operacional	**970.306**	**6.113.045**
Receitas financeiras (Nota 21)	4.267.501	6.322.444
Despesas financeiras (Nota 21)	(1.861.892)	(4.777.938)
Variações monetárias e cambiais líquidas	59.625	8.943
Resultado financeiro líquido	**2.465.234**	**1.553.449**
Equivalência patrimonial (Nota 09 b)	1.661	(12.754)
Resultado de participações societárias	**1.661**	**(12.754)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**3.437.201**	**7.653.740**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)	(1.094.874)	(2.409.199)
Reversão dos juros sobre capital próprio (Nota 17)	1.100.000	3.880.000
Lucro líquido do exercício	**3.442.327**	**9.124.541**
Ações em circulação no final do exercício	8.002.278	8.002.278
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações no final do exercício	430,17	1.140,24

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

		Reserva de lucros			Outros Resultados Abrangentes	
	Capital social	Retenções de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**88.745.263**	**3.776.781**	**6.141.021**	**-**	**-**	**98.663.065**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.124.541	-	9.124.541
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**9.124.541**	**-**	**9.124.541**
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reservas (Nota 17 b)	-	4.788.314	456.227	(5.244.541)	-	-
Dividendos propostos (Nota 17 b)	-	(3.776.781)	-	-	-	(3.776.781)
Juros sobre capital próprio propostos (Nota 17 b)	-	-	-	(3.880.000)	-	(3.880.000)
Em 31 de dezembro de 2019	**88.745.263**	**4.788.314**	**6.597.248**	**-**	**-**	**100.130.825**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.442.327	-	3.442.327
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	117.061	117.061
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**3.442.327**	**117.061**	**3.559.388**
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reservas (Nota 17 b)	-	2.170.211	172.116	(2.342.327)	-	-
Juros sobre capital próprio propostos (Nota 17 b)	-	-	-	(1.100.000)	-	(1.100.000)
Em 31 de dezembro de 2020	**88.745.263**	**6.958.525**	**6.769.364**	**-**	**117.061**	**102.590.213**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	3.442.327	9.124.541
Outros componentes do resultado abrangente	117.061	-
Total do resultado abrangente do exercício	**3.559.388**	**9.124.541**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

	2020	2019 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	3.442.327	9.124.541
Ajustado por:		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	117.061	-
Despesa com juros sobre capital próprio	(1.100.000)	(3.880.000)
Depreciação e amortização	2.315.193	2.333.110
Despesa com juros sobre empréstimos	214.338	67.150
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	652.274	1.713.342
Resultado da equivalência patrimonial	(1.661)	12.754
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	5.979.153	(1.735.982)
Estoques	(3.578.421)	(1.415.091)
Impostos a recuperar	1.387.185	387.653
Despesas antecipadas	68.178	18.849
Outros ativos	(24.617)	592.844
Tributos diferidos	43.732	2.350.457
Créditos em contencioso	(1.191.077)	-
Depósitos judiciais	(961.654)	(139.144)
Fornecedores	856.636	(139.516)
Obrigações sociais	244.766	(286.646)
Obrigações tributárias	(1.705.801)	247.374
Obrigações com representantes	(228.140)	(744.997)
Provisão para contigências	122.492	(6.184.585)
Outros passivos	131.861	10.141
Caixa líquido das atividades operacionais	**6.783.825**	**2.332.255**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de investimentos	-	(672.000)
Aquisições de ativo imobilizado	(1.777.209)	(4.505.902)
Aquisições de ativo intangível	(136.596)	(111.872)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.913.805)**	**(5.289.774)**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação de mútuos a pagar	(8.160)	(441.443)
Variação de mútuos a receber	-	90.836
Dividendos propostos	-	(3.776.780)
Juros sobre capital próprio / dividendos pagos	(3.315.699)	(4.281.354)
Juros sobre capital próprio / dividendos a pagar	940.018	3.315.699
Captação de empréstimos e financiamentos	6.999.999	671.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(483.071)	(1.286.252)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**4.133.087**	**(5.708.294)**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**9.003.107**	**(8.665.813)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**34.814.932**	**43.480.745**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**43.818.039**	**34.814.932**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras."

1 Informações gerais

A Mercur S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado com sede em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Seu principal controlador é a Hoelzel Participações e Empreendimentos S.A., que em conjunto com as sociedades controladas compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

A Companhia tem por objetivo a exploração dos ramos de indústria e comércio, importação, exportação e distribuição de artefatos de borracha, artefatos plásticos, tintas artísticas, artesanais, decorativas, serigráficas e outras, podendo ambas ser a base de água ou não; vestuário, de cuidados pessoais, artigos médicos, odontológicos, hospitalares e para tecnologia assistiva; artigos de uso escolar e educacional, invólucros, embalagens, consignações em conta própria; treinamentos relacionados ao processo de gestão e aprendizagem organizacional; fabricação de bolas; projetos rurais, agropecuários, florestamento e reflorestamento, podendo se estender a outras atividades correlatas, bem como à importação de matérias-primas, materiais auxiliares e embalagens, máquinas e equipamentos para o seu parque industrial e participação em outras sociedades, visando realizar os objetivos sociais e se beneficiar de incentivos fiscais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 05 de fevereiro de 2021.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

(a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

(b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

(c) *Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis;

(d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e,

(e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perdas, obtida e mensurada em conjunto com seus consultores jurídicos.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Operações e saldos em moedas estrangeiras

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

2.4 Demonstrações financeiras consolidadas

A Mercur S.A. é controladora da empresa Mercur Empreendimentos Ltda., dessa forma, está sujeita às disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. A administração decidiu por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, considerando que é permitido legalmente e nos termos do referido Pronunciamento:

(a) a Mercur S.A. é ela própria uma controlada de outra entidade - A Hoelzel Participações e Empreendimentos S.A., a qual, em conjunto com os demais acionistas, foram consultados no dia 24 de janeiro de 2017 e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela Mercur S.A.;

(b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Mercur S.A. não são negociados em mercado aberto (bolsas de valores no País ou no exterior ou mercado de balcão - mercado descentralizado de títulos não listados em bolsa de valores ou cujas negociações ocorrem diretamente entre as partes, incluindo mercados locais e regionais);

(c) a Mercur S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e

(d) a sua controladora Hoelzel Participações e Empreendimentos S.A. disponibiliza ao público, na mesma data em que a Mercur S.A., suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de perda de valor. Também inclui valores em fundos de investimentos de perfil conservador.

2.6 Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente
São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Custo amortizado
São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(ii) Passivos financeiros
Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

Custo amortizado
São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

(iii) Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia e suas Controlada avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, produtos e serviços.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*), constituído quando existe evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado a valor presente e pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e indireta, outros custos diretos e indiretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são registradas ao custo acumulado de cada importação.

2.9 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original.

2.10 Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

2.11 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas, quando possível, é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A base adotada para determinar o cálculo da depreciação de outros ativos foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas.

Para cada família de itens a Companhia estabelece uma vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação considerando: a política de renovação dos ativos, inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas, experiência da Companhia com ativos semelhantes e a sua venda, inventários físicos de todas as unidades avaliadas, informações contábeis e controle patrimonial, especificações técnicas, conservação dos bens e política de manutenção visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício, e ajustados, se necessário, a partir do exercício seguinte.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas no mesmo prazo da vida útil do bem em que estão sendo realizadas.

2.12 Intangível

Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares)* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos no ativo intangível.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos no ativo são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos.

Outros ativos intangíveis

Os custos com licença da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ("ANVISA") permitem a comercialização de produtos da área da saúde até fevereiro de 2021, são capitalizados e amortizados usando-se o método linear pelo respectivo prazo de concessão.

2.13 Provisão para *impairment* de ativos não-financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Não foram identificados indicadores relevantes de *impairment* nos exercícios de 2019 e 2020.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros efetivos proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Estes tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo e passivo não circulante decorrem de diferenças originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.19 Reconhecimento de receitas

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

(a) Vendas de mercadorias, produtos e serviços

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e descontos comerciais.

(b) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	301	3.539
Bancos conta movimento	471.276	2.139.225
Aplicações financeiras	40.260.389	32.672.168
Aplicações em fundos de investimento	3.086.073	-
Total de Caixa e Equivalentes	**43.818.039**	**34.814.932**

4 Contas a receber

	2020	2019
Clientes no país	32.058.740	38.280.839
Clientes no exterior	31.045	85.706
(-) Ajuste a valor presente	(531.963)	(809.555)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.497)	(28.512)
	31.549.325	**37.528.478**

A análise de vencimentos dos clientes no país está apresentada a seguir:

	2020	2019
A vencer	31.505.147	36.726.161
Vencidos até três meses	550.306	1.539.735
Vencidos acima de três meses	3.287	14.943
	32.058.740	**38.280.839**

5 Estoques

	2020	2019
Produtos acabados	6.313.257	6.987.476
Mercadoria para revenda	4.873.709	2.851.190
Produtos em processo	3.970.045	3.787.064
Matérias-primas	4.540.502	3.135.870
Material de acondicionamento e embalagem	1.212.635	1.030.709
Outros estoques	1.423.640	963.058
	22.333.788	**18.755.367**

Os estoques encontram-se livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravames.

6 Impostos a recuperar

	2020	2019
IRRF projetado a recuperar s/ aplicações financeiras	239.238	769.757
IRPJ a recuperar	137.276	735.084
CSLL a recuperar	-	253.392
ICMS a recuperar	442.138	421.210
Outros	5.486	31.880
	824.138	**2.211.323**
Circulante	808.403	2.169.534
Não Circulante	15.735	41.789

7 Contencioso

(a) Créditos contingentes

Demonstra valores a receber referente ação transitada em julgado que definiu a inconstitucionalidade da contribuição previdenciária incidente sobre serviços prestados por cooperados por intermédio de Cooperativa de Trabalho. A receita foi reconhecida e está descrita nas notas 20 e 21.

(b) Ativos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos tributários em andamento, que não estão considerados nas demonstrações financeiras, pois no momento não é possível mensurar o benefício econômico pendente de decisão, conforme segue:

(i) Ação de cumprimento de sentença referente a correção monetária dos depósitos compulsórios do setor elétrico do período de 1977 a 1993.

(ii) Ação referente ao ICMS que não integra a base de cálculo do PIS e da COFINS referente aos fatos geradores ocorridos desde dezembro de 2001.

(c) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pelo apoio de seus consultores jurídicos.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, relacionados a contingências:

	2019	Adições	Baixas	2020
Contingências trabalhistas Mercur	38.044	90.000	-	128.044
Contingências trabalhistas Mercur como subsidiária	877.456	58.969	(136.423)	800.001
Contingências tributárias	5.393.625	109.947	-	5.503.572
	6.309.125	**258.916**	**(136.423)**	**6.431.617**

As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, e contingências de prestadores de serviços terceirizados em que a Mercur responde subsidiariamente.

(d) Passivos contingentes

A Companhia tem ações de naturezas trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R$ 304.821 (2019 – R$ 386.391).

A companhia reconheceu no seu Passivo Circulante o montante de R$ 4.535.878, atualizado até 2019, que se refere a contingência tributária (ICMS) relacionada a dois autos de infração lavrados em 2011 e 2012 oriundos da divergência de classificação fiscal para produtos ortopédicos fabricados em "neoprene". No exercício de 2020 não houve atualização do saldo, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

(e) Depósitos judiciais

	2020	2019
Processos tributários	1.164.905	1.047.296
Processos trabalhistas	916.883	72.838
	2.081.788	**1.120.134**

8 Tributos sobre o lucro

(a) Composição do imposto de renda e da contribuição social

Corrente	**2020**	**2019**
IRPJ a recuperar (Nota 6)	137.276	735.084
CSLL a recuperar (Nota 6)	-	253.392
Total Ativo Circulante	**137.276**	**988.476**
Diferido		
IRPJ diferido	2.074.348	2.106.504
CSLL diferida	746.765	758.341
Total Ativo Não-Circulante	**2.821.113**	**2.864.845**
Passivo		
IRPJ Diferido	44.341	-
CSLL Diferida	15.963	-
Total Passivo Não-Circulante	**60.304**	**-**
Conciliação da despesa com IRPJ/CSLL		
Despesas com IRPJ/CSLL correntes	(1.051.142)	(58.742)
Constituição de IRPJ/CSLL diferidos sobre provisões	722.395	1.098.358
Reversão de IRPJ/CSLL diferidos sobre provisões	(766.127)	(3.448.815)
Saldo em 31 de dezembro	**(1.094.874)**	**(2.409.199)**

(b) A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício é a seguinte:

			2020			2019
Ativo fiscal diferido	**VALOR**	**IRPJ**	**CSLL**	**VALOR**	**IRPJ**	**CSLL**
Provisões contingências tributárias	5.503.571	1.375.893	495.321	5.393.625	1.348.406	485.426
Provisões contingências trabalhistas	928.045	232.011	83.524	915.500	228.875	82.395
Provisões comissões representantes	1.857.278	464.319	167.155	2.088.378	522.095	187.954
Provisão créditos liquidação duvidosa	8.497	2.125	765	28.512	7.128	2.566
Total ativo não circulante	**8.297.391**	**2.074.348**	**746.765**	**8.426.015**	**2.106.504**	**758.341**

Passivo fiscal diferido	**VALOR**	**IRPJ**	**CSLL**	**VALOR**	**IRPJ**	**CSLL**
Ajuste de avaliação patrimonial	177.365	44.341	15.963	-	-	-
Total ativo não circulante	**177.365**	**44.341**	**15.963**	**-**	**-**	**-**

(c) Incentivo fiscal

No exercício de 2020, a Companhia não usufruiu de incentivos relativos à inovação tecnológica, previstos na Lei 11.196/05 (“Lei do Bem”). No exercício de 2019, o impacto deste benefício fiscal nos valores de despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R$ 146.988.

9 Investimentos

	2020	2019
Participações em controladas	1.903.065	1.901.404
Outros investimentos	98.188	74.612
	2.001.253	**1.976.016**

(a) Informações sobre investimentos em controladas

	Milhares de quotas possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social (%)	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2019				
Mercur Empreendimentos Ltda.	433.920	96	1.980.629	(13.285)
Em 31 de dezembro de 2020				
Mercur Empreendimentos Ltda.	433.920	96	1.982.360	1.730

(b) Movimentação dos investimentos em controlada

	Mercur Empreendimentos Ltda.
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.242.158**
Aumento de Capital	672.000
Resultado de equivalência patrimonial	(12.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.901.404**
Resultado de equivalência patrimonial	1.661
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.903.065**

(c) Outras informações relevantes sobre os investimentos em controladas

A Mercur Empreendimentos Ltda. é uma empresa localizada em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, que tem como atividade principal a construção e incorporação de imóveis destinados à venda, compra e venda de imóveis, locação de imóveis próprios, desmembramento ou loteamento de terrenos e incorporação imobiliária.

O lucro do exercício de 2020 ficará na conta de lucros acumulados para futura destinação, a ser aprovada em reunião dos sócios.

10 Imobilizado

(a) Composição do saldo

	Terrenos	Construções e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizações em andamento	Imobilizado Total
Vida útil em anos		**60**	**10 a 35**	**12 a 22**	**10 a 32**			
Em 31 de dezembro de 2018	**257.969**	**7.849.846**	**12.174.860**	**96.808**	**246.888**	**20.626.371**	**1.022.226**	**21.648.597**
Aquisição	-	20.000	1.151.901	-	84.768	1.256.669	3.249.233	4.505.902
Transferências	-	1.122.012	965.033	-	-	2.087.045	(2.087.045)	-
Alienação / baixas	-	-	(440.002)	(31.380)	(2.032)	(473.414)	(1.562.989)	(2.036.403)
Depreciação	-	(242.038)	(1.558.852)	(9.320)	(31.039)	(1.841.249)	-	(1.841.249)
Baixa depreciação	-	-	301.709	20.354	2.032	324.095	-	324.095
Saldo final	**257.969**	**8.749.820**	**12.594.649**	**76.462**	**300.617**	**21.979.518**	**621.425**	**22.600.942**
Em 31 de dezembro de 2019								
Custo total	257.969	12.583.041	32.977.712	145.849	583.952	46.548.523	621.425	47.169.948
Depreciação acumulada	-	(3.833.221)	(20.383.063)	(69.387)	(283.335)	(24.569.006)	-	(24.569.006)
Valor líquido contábil	**257.969**	**8.749.820**	**12.594.649**	**76.462**	**300.617**	**21.979.517**	**621.425**	**22.600.942**
Aquisição	-	-	600.129	-	27.313	627.442	1.149.767	1.777.209
Transferências	-	164.669	740.632	-	-	905.301	(905.301)	-
Alienação / baixas	-	-	(1.520.632)	(51.382)	-	(1.572.014)	(223.102)	(1.795.116)
Depreciação	-	(263.503)	(1.604.417)	(18.801)	(29.183)	(1.915.904)	-	(1.915.904)
Baixa depreciação	-	-	1.128.231	14.611	-	1.142.842	-	1.142.842
Saldo final	**257.969**	**8.650.986**	**11.938.592**	**20.890**	**298.747**	**21.167.184**	**642.789**	**21.809.973**
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo total	257.969	12.747.710	32.797.840	94.467	611.265	46.509.252	642.789	47.152.041
Depreciação acumulada	-	(4.096.724)	(20.859.248)	(73.577)	(312.518)	(25.342.068)	-	(25.342.068)
Valor líquido contábil	**257.969**	**8.650.986**	**11.938.592**	**20.890**	**298.747**	**21.167.184**	**642.789**	**21.809.973**

Em 31 de dezembro de 2020, o terreno e prédio da Rua Cristóvão Colombo encontram-se em garantia do processo judicial contra o Estado do RS.

O montante de R$ 1.595.013 (2019 – R$ 1.537.101) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R$ 37.849 (2019 - R$ 34.958) em "despesa com vendas" e R$ 283.042 (2019 - R$ 269.191) em "Despesas gerais e administrativas".

11 Intangível

Vida útil	Software 05 anos	Marcas e patentes 10 anos	Outros intangíveis 05 anos	Total operação	Intangíveis em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**899.356**	**222.677**	**17.702**	**1.139.735**	**274.069**	**1.413.804**
Aquisição	9.001	5.181	-	14.182	97.690	111.872
Transferências	363.991	7.768	-	371.759	(371.759)	-
Alienação/baixa	-	(3.160)	(10.800)	(13.960)	-	(13.960)
Amortização	(446.449)	(33.728)	(11.684)	(491.861)	-	(491.861)
Baixa amortização	-	2.126	10.800	12.926	-	12.926
Saldo Final	**825.899**	**200.864**	**6.018**	**1.032.781**	**-**	**1.032.781**
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo total	5.563.740	476.941	58.275	6.098.956	-	6.098.956
Amortização acumulada	(4.737.841)	(276.077)	(52.257)	(5.066.175)	-	(5.066.175)
Valor líquido contábil	**825.899**	**200.864**	**6.018**	**1.032.781**	**-**	**1.032.781**
Aquisição	136.596	-	-	136.596	-	136.596
Alienação/baixa	(840.722)	-	(37.800)	(878.522)	-	(878.522)
Amortização	(361.147)	(32.314)	(5.829)	(399.290)	-	(399.290)
Baixa amortização	840.722	-	37.800	878.522	-	878.522
Saldo Final	**601.348**	**168.550**	**189**	**770.087**	**-**	**770.087**
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo total	4.859.615	476.941	20.475	5.357.031	-	5.357.031
Amortização acumulada	(4.258.267)	(308.391)	(20.286)	(4.586.944)	-	(4.586.944)
Valor líquido contábil	**601.348**	**168.550**	**189**	**770.087**	**-**	**770.087**

Os intangíveis em andamento referem-se a marcas em andamento e desenvolvimento de softwares.

12 Fornecedores

	2020	2019
Contas a Pagar a Fornecedores MI	5.694.944	4.544.210
Contas a Pagar a Fornecedores ME	-	290.741
(-) Ajuste a Valor Presente	(31.776)	(28.419)
Contas a Pagar a Fornecedores	**5.663.168**	**4.806.532**

A análise de vencimentos dos fornecedores no país está apresentada abaixo:

	2020	2019
A vencer	5.599.297	4.380.715
Vencidos até três meses	10.886	78.734
Vencidos acima de três meses	84.761	84.761
	5.694.944	**4.544.210**

13 Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	2020	2019
Banco Itaú	CDI + 2,72%	514.175	661.543
Finep	9,93%	-	300.289
Banco Sicredi	CDI + 3,41%	5.136.682	-
Banco Itaú	6,80%	2.044.363	-
		7.695.220	**961.832**
Passivo circulante		1.370.174	449.432
Não circulante		6.325.046	512.400

(a) Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2020	2019
2021	-	158.600
2022	2.073.497	146.400
2023	2.030.755	146.400
2024	1.743.403	61.000
2025	477.391	-
	6.325.046	**512.400**

(b) Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos aplicações financeiras e aval de acionista.

(c) Os valores contábeis dos financiamentos de curto e de longo prazo estão expressos pelo seu valor justo. O saldo de longo prazo é composto pelos financiamentos de CCE - Cédula de Crédito à Exportação e capital de giro.

(d) Em 2019 a Companhia possuía um dos financiamentos junto a FINEP com concessão de subvenção econômica, no qual elegeu a taxa de mercado 9,93% como taxa de desconto a valor presente dessas operações passivas no circulante e não circulante, por considerar que este índice reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados às transações, levando-se em considerações, ainda, taxas de mercado praticadas na data inicial das transações.

(e) A movimentação dos valores de empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Saldo Inicial	**961.832**	**1.458.904**
Captações	6.999.999	671.000
Juros	214.338	67.151
AVP subvenção investimento FINEP	2.122	51.029
Realização pela Amortização das Parcelas	(483.071)	(1.286.252)
Saldo Final	**7.695.220**	**961.832**

14 Partes relacionadas

(a) Transações e saldos – Passivos

	2020				2019			
	Hoelzel Participações S.A	Fundação Jorge Hoelzel	Acionista pessoa física	Total	Hoelzel Participações S.A	Fundação Jorge Hoelzel	Acionista pessoa física	Total
Mútuos	-	569	160.523	161.092	-	3.284	165.969	169.253
Juros sobre capital próprio	813.233	33.452	93.333	940.018	2.868.495	117.994	329.210	3.315.699
Total	**813.233**	**34.021**	**253.856**	**1.101.110**	**2.868.495**	**121.278**	**495.179**	**3.484.952**
Despesas financeiras	**-**	**-**	**4.017**	**4.017**	**-**	**-**	**21.781**	**21.781**

As operações de mútuo com partes relacionadas são atualizadas monetariamente pela variação de 100% da taxa Selic, sendo os contratos por prazo indeterminado.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores, facilitadores, gerentes e coordenadores da Companhia. A remuneração e encargos sociais com pessoal-chave da administração foi de R$ 5.238.348 (2019 - 6.062.747). Não é prática da Companhia conceder outros benefícios indiretos, comissões, pagamentos com base em ações, planos de aposentadoria ou qualquer outro benefício pós-emprego a seus administradores.

15 Obrigações sociais

	2020	2019 Reclassificado
Salários e honorários	781.325	746.740
INSS	553.754	607.519
FGTS	192.329	207.934
Provisão férias com encargos	3.446.822	3.172.463
Outros	499.224	494.031
	5.473.454	**5.228.687**

16 Obrigações tributárias

	2020	2019 Reclassificado
ICMS	435.474	973.331
PIS	24.224	123.689
COFINS	112.862	571.611
IPI	115.018	337.966
IR Retenção na Fonte	167.397	576.367
Provisão para Contribuição Social	7.855	-
Outros	26.482	12.149
	889.312	**2.595.113**

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É dividido em 8.002.278 ações ordinárias com valor unitário de R$ 11,09 (2019 – R$ 11,09) e valor total de R$ 88.745.263 (2019 – R$ 88.745.263), totalmente integralizadas.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não excede a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenções de lucros

O saldo de lucro do exercício de 2020 no montante de R$ 2.170.211 (2019 – R$ 4.788.314), foi transferido para a conta de Retenções de lucros, à disposição da AGO que, segundo disposições contidas nos Incisos I e II do art. 132 da lei 6.404/76 deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia e a destinação desses lucros acumulados.

(iii) Dividendos

No ano de 2020 a Companhia não apresenta proposta de distribuição de dividendos. No ano de 2019 houve o pagamento de R$ 3.776.780 referente lucros do exercício e anteriores.

(iv) Juros sobre capital próprio propostos

Aos acionistas é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme § 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e art. 18º, letra "b" do Estatuto Social da Companhia.

Em dezembro de 2020, a administração da Companhia aprovou, em reunião de Diretoria, a apropriação de juros sobre capital próprio no montante de 1.100.000 (2019 – R$ 3.880.000) o que corresponde a R$ 137,46 por lote de mil ações (2019 – R$ 484,86 por lote de mil ações) e foi contabilizado como despesa financeira. Para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, revertidos do resultado do exercício destacadamente após os valores de imposto de renda e contribuição social e, consequentemente reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

A proposta de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, e dividendos, consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral é assim demonstrada:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	3.442.327	9.124.541
Constituição/realização de reservas:		
Legal	(172.116)	(456.227)
Base de cálculo dos dividendos	**3.270.211**	**8.668.314**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	817.553	2.167.079
Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos, líquidos dos efeitos tributários	940.018	3.315.699
Valor de JCP maior que dividendos	**122.465**	**1.148.621**

O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução, é de, aproximadamente, R$ 374.000 (2019 - R$ 1.319.200).

18 Receita

	2020	2019
Mercado interno	106.239.793	120.413.861
Mercado externo	1.207.946	1.217.109
Ajuste a valor presente	(2.328.843)	(3.492.383)
Deduções das vendas	(19.518.365)	(20.932.995)
	85.600.531	**97.205.592**

19 Custo, despesas com vendas, gerais e administrativas

	2020	2019 Reclassificado
Matéria-prima e variação de produto acabado	28.837.275	29.792.480
Despesa de pessoal com encargos sobre folha	31.969.910	36.959.923
Representantes comerciais	4.651.050	6.320.824
Fretes	4.469.790	6.079.344
Marketing	2.491.083	2.905.282
Assessorias	995.990	1.280.433
Depreciações e amortizações	2.315.194	2.333.110
Energia elétrica	1.056.788	1.193.691
Manutenções	1.787.968	1.692.726
Despesas de viagem	1.180.218	1.942.837
Outros	5.374.425	6.385.745
	85.129.691	**96.886.395**

20 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2020	2019 Reclassificado
Provisão tributária e trabalhista	(148.969)	(967.553)
Reversão provisões (ii)	136.424	7.298.161
Despesas indedutíveis	(124.767)	(58.853)
Juros subsidiados FINEP	2.122	51.029
Receita líquida com alienação investimento/imobilizado	660.455	(66.291)
Recuperação de tributos (i)	640.287	199.687
Outras receitas e despesas operacionais	100.098	136.455
	1.265.650	**6.592.635**

(i) No exercício de 2020, o valor de R$ 574.641 em recuperação de tributos refere-se ao valor original do crédito em contencioso da nota 7, item (a).

(ii) A reversão de provisões desta nota refere-se aos valores mencionados na nota 7, item (c).

21 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	931.626	2.500.283
Receita financeira com ajuste a valor presente de clientes	2.606.436	3.501.273
Outras receitas financeiras (ii)	729.439	320.888
	4.267.501	**6.322.444**
Despesas financeiras		
Despesa financeira sobre empréstimos com partes relacionadas	4.017	21.781
Despesa financeira sobre empréstimos bancários	218.583	169.209
(-) Realização da receita diferida - AVP financiamentos	(2.122)	(51.029)
Juros sobre o capital próprio (i)	1.100.000	3.880.000
Despesa financeira com ajuste a valor presente de fornecedores	358.859	567.995
Juros passivos	34.704	2.092
Outras despesas financeiras	147.851	187.890
	1.861.892	**4.777.938**

(i) Conforme descrito na Nota 17 (b), a Companhia registra a despesa de Juros sobre Capital Próprio como despesa financeira, nos termos da Legislação Tributária e procede a sua reversão em linha destacada da demonstração de resultado após os valores de imposto de renda e contribuição social.

(ii) No exercício de 2020, o valor de R$ 614.268 em atualização de impostos refere-se à atualização do crédito em contencioso da nota 7, item (a).

22 Gestão de risco de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

(a) Ativos Financeiros (Custo Amortizado): São mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São classificados ativos financeiros os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

(b) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

(c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

(d) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios, e limites individuais de clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições e investimentos que geram segurança para a empresa e ao mesmo tempo trabalham com competitividade no mercado.

(e) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(f) Riscos de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de financiamento com as instituições financeiras para evitar flutuações nos "*spreads*" bancários.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2020		2019	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber em US$	5.975	31.045	21.267	85.706
Adiantamento a fornecedores em US$	134.488	698.895	105.964	427.110
Total Ativo		**729.940**		**512.816**
Passivo				
Fornecedores em US$	-	-	72.132	290.741
Total Passivo		**-**		**290.741**

(g) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido.

25 Seguros

A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	2020	2019
Ramos	Importâncias seguradas	Importâncias seguradas
Seguro Patrimonial	36.100.000	38.500.000
Veículos (danos materiais e danos pessoais)	1.123.006	1.122.767
Seguro para perdas no recebimento de clientes	-	7.000.000
Responsabilidade Civil	1.000.000	1.000.000

26 Impactos do COVID-19

Em 2020, frente à pandemia do coronavírus (COVID-19), a Companhia. criou um comitê com o objetivo de traçar um plano de trabalho para priorizar a saúde e a segurança dos públicos com os quais se relaciona, e paralisou as suas atividades pelo período de 40 dias – do dia 23 de março até o dia 03 de maio de 2020.

O faturamento ficou comprometido, pois, muitos dos clientes ficaram impedidos de operar normalmente e as pessoas foram orientadas a não sair de suas casas, o que impactou no consumo, durante um longo período em algumas regiões do Brasil atendidas pela Companhia.

Os níveis de estoques baixaram significativamente durante o ano, dificultando o atendimento dos clientes, e foram impactados por aumentos nos seus custos. A Companhia se deparou com a dificuldade de receber importações, pois, a pandemia teve impactos a nível mundial, gerando inclusive o aumento nos custos de importações devido à grande demanda que ficou represada. Os custos das matérias primas e materiais de embalagens aumentaram, pois, devido às paralisações de atividades das empresas fornecedoras, a disponibilidade de recursos diminuiu e gerou um aumento de preços pela dificuldade de atendimento de toda a demanda existente.

As despesas relacionadas à área produtiva no período em que as atividades não estavam operando normalmente e gerando a produção de estoques foram apropriadas diretamente no Custo do Produto Vendido e impactaram o resultado da Companhia.

Com o objetivo de minimizar os impactos dos fatores listados na situação econômico e financeira da Companhia. Foram adotadas algumas medidas importantes:

(a) Adoção da MP 936/2020, Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que possibilitou a redução da carga horária dos colaboradores e a suspensão de alguns contratos de trabalho e, consequentemente, a redução da despesa com a folha de pagamento e a manutenção de todos os empregos. A Companhia também utilizou do mecanismo de banco de horas e antecipação de férias.

(b) Postergação do pagamento de tributos federais sem juros e multas de acordo com as deliberações dos órgãos competentes.

(c) Renegociou dos valores e condições de alguns de seus contratos de serviços.

(d) Esforço para redução de seus custos e despesas.

As Demonstrações Financeiras apresentadas, demonstram todos os impactos da pandemia COVID-19 no ano de 2020 e a Administração não identifica outros impactos relevantes que possam vir a afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, tampouco as estimativas e os julgamentos contábeis.

27 Compromissos

A Companhia não identificou compromissos assumidos para a aquisição de ativos ou com arrendamento mercantil operacional que tenham impacto relevante na continuidade das suas operações caso não se confirmem no decorrer do próximo ano.